



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 08109/17

PENSÃO VITALÍCIA. Julga-se legal o ato e correto os cálculos de proventos elaborados pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 01398/2018

1. PROCESSO TC N.º: 08107/17

2. ORIGEM: Instituto de Previdência de Paulista

3. DADOS SOBRE A(S) PENSÃO(ÕES):

3.1. BENEFICIÁRIO(S): Maria Ana de Medeiros – Vitalícia

3.2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

3.2.1. NOME: João Marques de Medeiros.

3.2.2. QUALIFICAÇÃO: Motorista, matrícula nº 00028.

3.3. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 40, § 7º, inciso II, § 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03.

3.4. DATA DO(S) ATO(S): 06/11/2008

3.5. DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: Diário Oficial do Município de 03/05/2017.

3.6. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente da INPEP.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Concluiu que a pensão reveste-se de legalidade, razão porque sugeriu o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em **conceder registro** ao ato de **pensão Vitalícia do beneficiário** Maria Ana de Medeiros, favorecido do servidor falecido, Sr. João Marques de Medeiros, tendo presentes sua legalidade e os cálculos de proventos efetuados pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 12 de julho de 2018.

Assinado 17 de Julho de 2018 às 13:57



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 18 de Julho de 2018 às 11:24



Manoel Antonio dos Santos Neto
PROCURADOR(A) GERAL